

Violência contra a mulher: abordagens no ensino de ciências

Violence against women: approaches in science teaching

Sabrina Farias Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
profsabrinafarias@gmail.com

Pauline Silveira Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
pauline.s.barros@gmail.com

Neila Seliane Pereira Witt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
neila.witt@ufrgs.br

Resumo

As discussões relativas aos corpos, gênero e violência contra mulheres nos espaços escolares têm sido debatidas há tempos por pesquisadores e, recentemente enfatizada pela instauração da semana escolar de combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2021a). Buscamos com este estudo investigar, em divulgações científicas, abordagens na escola sobre a temática violência contra a mulher e como é sugerida em documentos oficiais de ensino. A pesquisa bibliográfica foi realizada em publicações científicas, Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular Gaúcho. Dados dos sites oficiais de denúncia mostram, entre 2019 e 2020, aumento significativo de denúncias e a escola não foi citada como compartilhadora de informações sobre os canais de denúncias, o que nos levou a pensar sobre as práticas no ensino de ciências que estão sendo desenvolvidas nos espaços escolares e sobre a abertura de outros espaços de discussão, para além da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher.

Palavras chaves: ensino de ciências, violência contra mulheres, temas transversais.

Abstract

The discussions related to the bodies, gender, and violence against women in the school spaces have long been debated by researchers and, recently, emphasized by the establishment of the school week to combat violence against women (BRASIL, 2021a). We searched with this research investigating, in scientific disclosures, approaches in the school about the violence against woman subject and how it is suggested in official teaching documents. The bibliographic research was carried out in scientific publications; in the Base Nacional Comum Curricular and Referencial Curricular Gaúcho documents. The data from complaints official websites have shown, between 2019 and 2020, that have increased complaints significantly also the school was not mentioned as a sharer of information about the complaint channels, which

led us to think about the practices in science teaching that are being developed in the school spaces and about the opening of other space for discussion in addition to the school week to fight violence against women.

Key words: science teaching, violence against women, transversal themes.

Introdução

A discriminação de gênero sempre foi fator motivador para violência e pode se apresentar de diversas formas. Dessa perspectiva, a investigação do estudo partiu de algumas indagações, às quais são: Como estão os números de denúncias de violências sofridas por mulheres? Como a abordagem da temática violência contra mulheres tem sido mencionada em documentos que tratam do ensino de ciências? Como os professores de ciências podem desenvolver seus trabalhos sobre a temática violência contra a mulher?

Para tentar responder aos questionamentos, buscamos conhecer e analisar os dados¹ das Secretarias de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul (SSP-RS) e do Ligue 180 (nacional). Realizando a análise quantitativa dos dados dos registros de denúncias de violências sofridas por mulheres realizadas no Ligue 180, disponíveis nos sites de monitoramento, entre 2019 e 2020, foi possível visualizar que houve significativas variações entre os registros encontrados.

Após o conhecimento e análise dos dados, partimos para a investigação em produções científicas. Para tal, utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), na qual nos amparamos nos estudos de Louro (1998), Mello (2015) e outros, bem como de documentos oficiais de ensino como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018b) e o Referencial Curricular Gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2018a; RIO GRANDE DO SUL, 2018b).

Nossos objetivos com este estudo foram investigar e dar a conhecer os registros estatísticos e trazer sugestões de como professores de ciências trabalharam ou podem trabalhar com a temática violência contra mulher em escolas², a partir da abordagem dessa temática nos documentos oficiais de ensino e das estatísticas das denúncias de violências sofridas por mulheres. A importância de se trabalhar com essa temática nas aulas de ciências, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, além de ser debatida por diferentes pesquisadores (LOURO, 1998; RIBEIRO, 2002), foi evidenciada com a instauração da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher que foi promulgada pela lei 14.164 em 2021.

Após a análise quantitativa de como estão os dados referentes às denúncias de violências sofridas por mulheres, realizadas no Ligue 180, entre 2019 e 2020, evidenciamos um aumento significativo de casos. Segundo o balanço da Central de Atendimento Contra à Mulher, de 2019, verificamos a relação entre as denúncias de violência sofrida por mulheres sem deficiências (77.956 denúncias) e com deficiências (7.456 denúncias), (BRASIL, 2020). Já em 2020, o número de denúncias de violência contra mulheres foi de mais de 105 mil (BRASIL, 2021b). Ressaltamos que os números relativos às denúncias de violência contra mulheres com

¹ Os dados podem ser encontrados nos sites do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Secretaria de Segurança Pública do RS, disponíveis em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br> e <https://ssp.rs.gov.br/inicial>, respectivamente.

² Esses exemplos foram trazidos através de alguns trabalhos realizados por professoras.

deficiência se tornam espantosos dado que este público representa 23,91% da população feminina do Brasil e de 23,85% da população feminina do RS (FADERS, 2012). Muito embora, os dados registrados pelas denúncias no Ligue 180³, indiquem que houve um aumento dos casos de denúncias de violências sofridas por mulheres, no período analisado, existem leis que promovem a proteção de mulheres que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade.

A publicação de distintas leis oportunizou que as mulheres pudessem passar a exercer um papel ativo perante a sociedade e que atos de violência, sofridos por elas, fossem legalmente punidos. Citamos, por exemplo, o texto do artigo 5º da *Constituição Federativa do Brasil de 1988*, onde há o estabelecimento da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Após a publicação deste documento “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988, p. 13).

Além da divulgação da lei que garante a igualdade entre homens e mulheres, também foram criadas políticas públicas que garantem a proteção de mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade. No ano de 2006, foi promulgada a *Lei nº 11.340⁴, de 7 de agosto de 2006*, conhecida como *Lei Maria da Penha*, que trata de uma política pública de muita relevância para as mulheres, pois garante a elas a proteção contra qualquer forma de violência. Existe outra política pública que foi promulgada em março de 2015, sendo ela a *Lei nº 13.104⁵*, conhecida como a *Lei do Femicídio*, que torna o ato de assassinato de mulheres, quando ocorrer por questões de gênero com envolvimento de violência doméstica/familiar ou menosprezo/discriminação (MELLO, 2015), como tipo de homicídio qualificado.

Por mais que existam políticas públicas que visam inibir e punir os acontecimentos de casos de violências e crimes realizados contra mulheres, estatísticas mostram que “enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019, os assassinatos fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando **um provável crescimento da violência doméstica**” (IPEA, 2021, p. 41, **grifo nosso**).

Após elencar os dados estatísticos que foram analisados a fim de mostrar a realidade a partir dos registros, justificar a relevância da abordagem da temática deste trabalho, dado o aumento significativo dos casos de denúncias de violências contra mulheres e apresentar algumas políticas públicas que garantem direitos e proteção de mulheres, problematizamos, com base em estudos científicos, a promoção, no ensino de ciências, de atividades que envolvam temáticas sobre a violência contra mulheres no ambiente escolar para além da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher. Promover esse tipo de temática na escola é de suma importância, compreendendo a escola como um espaço em que as crianças e os adolescentes desenvolvem a sua subjetividade e se constituem sujeitos. Para Larrosa (1994, p. 65):

³ O Ligue 180 é uma Central de Atendimento à Mulher “[...], com atendimento humanizado, recebe denúncias de violência, providenciando o seu registro, acolhimento, tratamento e encaminhamento. Além disso, o Ligue 180 tem o papel de disseminar informações voltadas para a proteção e promoção dos direitos da mulher” (BRASIL, 2020, p. 10).

⁴ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006, p. 01).

⁵ Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015, p. 01).

[...] a pedagogia não pode ser vista como um espaço neutro ou não-problemático de desenvolvimento ou de mediação, como um mero espaço de possibilidades para o desenvolvimento ou a melhoria do autoconhecimento, da auto-estima, da autoconfiança, do autocontrole, da auto-regulação, etc., mas como produzindo formas de experiências de si nas quais os indivíduos podem se tornar sujeitos de uma forma particular.

Entender que as práticas pedagógicas não são neutras, implica pensar nas escolas como espaços de produção de experiências que atuam na constituição de subjetividades, portanto os ambientes escolares são lugares em que, a partir das vivências e experiências, os estudantes constituem-se sujeitos únicos. Buscamos, através da análise das unidades temáticas, competências e habilidades trazidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular Gaúcho (RCG), problematizar como tratam os documentos oficiais de ensino sobre a abordagem do tema a violência contra mulheres, tanto nas séries finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, no ensino de ciências.

A seguir mostraremos como a BNCC (BRASIL, 2018b) e o RCG (RIO GRANDE DO SUL, 2018a; RIO GRANDE DO SUL, 2018b), trazem as abordagens sobre a temática violência contra mulher e trazemos sugestões de trabalhos já realizados para pensarmos como professores de ciências podem trabalhar a temática violência por diferentes vieses, não só durante a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher, mas, também, durante todo o período letivo.

Violência contra mulheres e as abordagens no ensino de ciências

Para reforçar a importância deste estudo, em 2021, com a Lei 14.164 foi instaurada a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher. Essa lei tem como objetivo alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incentivar a reflexão de alunos e profissionais da educação sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2021a). Contudo, pensamos que professores de ciências podem desenvolver seus trabalhos para além dessa semana, isto é, durante todo o período letivo.

Em seguida, elencamos como é a abordagem de violência contra mulheres nos documentos educacionais BNCC (BRASIL, 2018b) e RCG (RIO GRANDE DO SUL, 2018a; RIO GRANDE DO SUL, 2018b). Na unidade temática "Vida e Evolução"⁶ da BNCC, propõe-se a abordagem de temas relacionados aos conhecimentos do corpo e sexualidade:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2018b, p. 329).

Nesse mesmo documento, ainda se tem que:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições

⁶ Essa unidade temática trata dos conteúdos a serem tratados na área de Ciências da Natureza nos anos finais do ensino fundamental.

de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva (BRASIL, 2018b, p. 329).

A partir dos dois trechos da BNCC, acima expostos, indicamos que, nas séries finais do ensino fundamental, sejam desenvolvidos temas, na área de ciências da natureza, de conhecimentos sobre corpo, educação sexual e sexualidade, possibilitando ao estudante condições de conhecer seu próprio corpo, respeitar às diferenças, ter empatia e compreender o significado do consentimento. Porém não estão contemplados na BNCC temas referentes à violência doméstica, violência familiar e violência contra as mulheres. Fizemos também a análise das orientações da BNCC para o ensino médio. Nessa etapa, verificamos que não há especificamente a alusão da abordagem da temática violência contra a mulher. Porém, no item 3, das competências específicas de ciências da natureza e suas tecnologias, temos que:

Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (BRASIL, 2018b, p. 553).

O trecho exposto pode servir como argumento para o desenvolvimento de trabalhos relacionados à temática violência contra a mulher, no ensino de ciências, dado que é uma demanda social local, regional, nacional e global. Além da BNCC, investigamos essa abordagem no RCG e trouxemos as habilidades contidas tanto na BNCC quanto no RCG. Para que fosse possível a melhor visualização das habilidades propostas tanto na BNCC como no RCG, para os ensinos fundamental e médio, elaboramos os quadros N1 e N2, respectivamente, que estão disponíveis a seguir.

Quadro N1: Habilidades Base Nacional Comum Curricular e Habilidades Referencial Curricular Gaúcho - Ensino Fundamental/Séries Finais

Habilidade Base Nacional Comum Curricular	Habilidade Referencial Curricular Gaúcho
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciam as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).	(EF08CI11RS-1) Reconhecer as diferentes dimensões da sexualidade humana.
	(EF08CI11RS-2) Compreender a infância e a adolescência como construção social e familiar através de diferentes mídias.
	(EF08CI11RS-3) Identificar e analisar comportamentos discriminatórios, intolerantes e de preconceitos referentes à sexualidade.
	(EF08CI11RS-4) Reconhecer relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores.

Fonte: BNCC (BRASIL, 2018b, p. 349); Portal da Educação RS (RIO GRANDE DO SUL, 2018a, p. 100-101).

Quadro N2: Habilidades Base Nacional Comum Curricular e Habilidades Referencial Curricular Gaúcho - Ensino Médio

Habilidade BNCC	Habilidades RS
(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar	Propor ações coletivas com o intuito informar e instruir o estudante, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo quanto: DST's, Vícios, Drogas, Diversidade e sexualidade, vinculados aos estudos de: Bioquímica, Sistema nervoso, compostos orgânicos. Anos: 1º, 2º e 3º

Fonte: BNCC (BRASIL, 2018b, p. 557); Portal da Educação RS (RIO GRANDE DO SUL, 2018b, p. 17).

As habilidades citadas referentes a BNCC (BRASIL, 2018b) e o RCG (RIO GRANDE DO SUL, 2018a; RIO GRANDE DO SUL, 2018b), servem como embasamento para que os professores possam pensar como desenvolver atividades nos diferentes níveis de ensino que venham a corroborar para formação do sujeito, para mostrar que é possível através da educação, formar cidadãos conscientes, não-violentos, empáticos e inclusivos. Esta temática já vem sendo debatida há bastante tempo por pesquisadores da área de gênero, sexualidade e educação.

Dada a relevância de se desenvolver a temática em escolas, a seguir, com base em pesquisa realizada em produções científicas divulgadas no repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME/UFRGS), selecionamos algumas propostas que foram desenvolvidas por professores e que podem ser adaptadas para serem utilizadas, nas escolas, no ensino de ciências. Estes exemplos podem servir como sugestões para que professores de ciências desenvolvam debates, dinâmicas e produzam materiais.

Na pesquisa de Xavier (2021), intitulada “*Território de negociações, roteiros instáveis: noções de consentimento a partir do diálogo entre jovens*”, a temática é abordada através da problematização acerca de como o consentimento é entendido pelos jovens e como os discursos que circulam em nossa sociedade “partindo da compreensão de que o consentimento é um conceito complexo e pouco discutido” (XAVIER, 2021, p. 19) e tem como ponto de partida que o consentimento está relacionado “a concordância para que algo aconteça” (idem, p. 14). No trabalho, ela propõe aos jovens a construção da noção do conceito de consentimento através de discussões e observa que o consentimento parece ser entendido, por eles, a partir de três aspectos: “dos limites, da negação e do contrato” (idem, p. 6), aspectos estes que são atravessados por fatores culturais. Foi realizado em turmas de oitavos anos do ensino fundamental, em uma escola de Porto Alegre - RS, nos períodos referentes as aulas de ciências, articulando em quatro encontros rodas de discussão com as temáticas: “masculinidades, feminilidades, o ser homem e ser mulher; anatomia do clitóris e relação com a vulva/vagina, sexo e prazer; negociações consentimento e a noção de abuso e por último, negociações do consentimento” (idem, p. 43-44). O trabalho nos faz pensar que, em ciências, os professores poderiam propor rodas de conversa com os seus estudantes para que, em conjunto, consigam definir o que entendem por consentimento, e, após esse momento, os professores poderiam discutir sobre os tipos de violência que a mulher pode ser exposta, se não houver consentimento, por ambas as partes para ocorrer uma relação, desta forma também conseguiriam utilizar o espaço da escola para divulgar os canais de denúncia de violência contra a mulher e as redes de apoio e acolhimento disponíveis.

Já na pesquisa de Paiva (1999), intitulada “*Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual*”, ela descreve como foram realizadas centenas de oficinas, com jovens e professores, para a abordagem dos conceitos de corpo reprodutivo e corpo erótico. Foi proposto aos estudantes que reproduzissem quais figuras trazem a representatividade do corpo erótico e do que é para eles referência do corpo humano para a reprodução humana (PAIVA, 1999). Na atividade proposta aos alunos eles tiveram que moldar as imagens baseadas em partes dos corpos masculinos e/ou femininos, foram livres para moldar qualquer parte do corpo, utilizando massinha de modelar caseira e após, propuseram momentos de discussão sobre o que fora produzido (PAIVA, 1999). Os professores de ciências podem pedir aos seus alunos que desenhem, usem massinha de modelar ou argila, para mostrar quais partes do corpo humano, feminino ou masculino, eles entendem como corpo reprodutivo ou como corpo erótico. Após esse momento, os professores poderiam dividir os alunos em dois grupos para pesquisarem e desenvolverem painéis, para apresentar aos colegas, sobre os sistemas reprodutores feminino e masculino. Sugerimos, ainda, aos professores que, depois desses momentos, discutam as diferenças entre corpo reprodutivo e corpo erótico e abordem os tipos de violências que as mulheres possam estar expostas pela erotização de seu corpo ou ainda discutir sobre reportagens que tratam de violências que foram sofridas por mulheres em locais como postos de saúde, hospitais ou em clínicas médicas, durante a gestação ou durante o parto.

Jane Felipe (2019), em uma pesquisa nomeada como: “*Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente*”, aborda o conceito de gênero e discute a problemática que se criou a partir do ano de 2015 com a “retirada do conceito de gênero do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação” (FELIPE, 2019, p. 238), enfatizando os grandes retrocessos que tais medidas causaram para a educação. Ela também traz para a discussão, a necessidade de um olhar sensível às datas comemorativas - como por exemplo: o Dia das Mães e o Dia dos Pais - “em relação às famílias oriundas de casais gays ou lésbicas, muitas escolas ainda não estão preparadas para lidar com tal realidade” (idem, p. 244) mantendo, desta forma, o padrão patriarcal, e insistindo em um “modelo dicotômico e binário de datas comemorativas” (idem, ibidem). Jane Felipe (2019) sugere que os professores deveriam ter um olhar analítico sobre a escolha dos livros de leitura oferecidos para as crianças e adolescentes, atentando-se para a forma com que os livros divulgam informações científicas, dado que os livros podem estar perpetuando padrões de gênero e de heterossexualidade. Ela, ainda faz apontamentos sobre os estudos de gênero e da formação de identidades dos sujeitos a partir da infância, e, reflete sobre estudos de como são perpetuados os estereótipos de gênero por instituições como: escola, justiça, mídia, igreja, saúde, ciência e família (FELIPE, 2019). Em ciências, os professores conseguiram abordar, em datas comemorativas, como Dia das Mães e Dia dos Pais, por exemplo, as questões sobre gênero, sexualidade e preconceitos, além de tratar sobre casos e tipos de violência que podem ocorrer por questões de gênero e divulgar os canais de denúncias contra atos de violência.

Outro trabalho interessante foi o trabalho realizado por Solaro (2015), intitulado “*Sexualidade e gênero na sala de aula: abordagens didáticas e discussões*”. Nesse trabalho ela faz uma pesquisa com alunos do nono ano do ensino fundamental e com professores através do uso de questionários. Para os estudantes, ela propõe que respondam a “perguntas sobre o conhecimento dos mesmos a respeito de sexualidade, abordando temas como opção sexual, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, respeito ao corpo e preconceitos” (SOLARO, 2015, p. 11). Já para os professores ela solicita que eles respondam a uma pergunta sobre como eles acham que poderiam abordar temas de sexualidade e gênero em suas disciplinas, nas respostas eles sugerem diferentes atividades, tais como: análise de dados estatísticos, palestras, debates ou seminários sobre mudanças no corpo, feminismo, machismo, adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, preconceito, peças

teatrais, dentre outras (SOLARO, 2015). Em ciências, os professores poderiam solicitar que os alunos realizem pesquisas sobre as doenças sexualmente transmissíveis e os métodos contraceptivos a fim de desenvolverem folders para distribuir para os alunos da escola, poderiam também propor que equipes dos postos de saúde fossem à escola para palestrar sobre as mudanças que ocorrem nos corpos dos adolescentes durante o processo de puberdade. Outra sugestão, os professores de ciências poderiam pedir que os alunos desenvolvessem peças teatrais com temáticas: preconceito, machismo, feminismo e violências sofridas por mulheres em diferentes ambientes, sendo que neste último a peça teatral poderia fazer menção aos canais existentes que servem para denúncia e apoio a mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade.

Mais um exemplo de trabalho utilizado no espaço escolar é de Passi (2015), intitulado “*Diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar*”, que foi realizada com uma turma do oitavo ano do ensino fundamental. No trabalho ela realiza “a leitura de textos, vivências e principalmente a reflexão a partir do livro *TEENcontrei*, que trata de diferentes questões referentes a gênero e sexualidade” (PASSI, 2015, p. 5). Aqui, damos o destaque para o material disponível, e utilizado por Passi (2015), o livro “*TEENcontrei: onde a gurizada se encontra*” que foi organizado por Raquel Pereira Quadrado e Joanalira Corpes Magalhães (2013) pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). No livro, múltiplos autores abordam temas sobre: família, baladas, rolos e paqueras, corpos e segredos, utilizando cinco personagens adolescentes que dialogam através de discurso direto e “foi escrito para os/as adolescentes que estão cursando a Educação Básica” (QUADRO; MAGALHÃES, 2013, p. 7) permitindo que, ao discutir tais temas, possibilitará que os adolescentes possam ter “outras formas de pensar e agir na sociedade contemporânea” (idem, ibidem). Em ciências, os professores poderiam levar algum dos diálogos para os alunos discutirem e após pedir que eles desenvolvessem seus próprios personagens e criassem outras histórias utilizando diferentes temas, como por exemplo: violência contra mulheres, violência intrafamiliar, igualdade de gênero etc.

O artigo escrito por Sachet e Rosa (2021), intitulado “*A concepção de gênero por meio de memes em uma aula de matemática: uma análise sob as lentes da decolonialidade*”, investiga o “gênero como categoria de análise decolonial e sua implicação na Educação Matemática, por meio de atividades com memes, presentes em redes sociais, que abordavam enunciados sobre gênero e matemática” (SACHET; ROSA, 2021, p. 107) e foi realizado com alunos do 1º ano do ensino médio. Os memes foram disponibilizados para os alunos analisarem tratam de questões que inferiorizam a mulher em relação ao homem e discutirem sobre as questões de igualdade de gênero. Em ciências, os professores poderiam desenvolver um trabalho para além das questões de gênero, como por exemplo: discutir o papel das mulheres perante o estudo das ciências e pesquisar se há registros casos de violências a que mulheres foram submetidas pelo fato de serem mulheres do sexo feminino.

O último exemplo que trazemos é escrito por Ribeiro (2002), trabalho de título: “*Inscrevendo a sexualidade: Discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental*”, onde há a narrativa de professoras das séries iniciais do ensino fundamental que participaram do curso idealizado por Ribeiro (2002) intitulado “*Discutindo e refletindo sexualidades - AIDS com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental*” que abrange a temática da formação de professores evidenciando a relevância de se pensar sobre a preparação dos profissionais para abordar sobre temas relativos à sexualidade. Ribeiro (2002) propôs em seu curso uma atividade que contou com a “*técnica do semáforo*”. Nessa técnica, as professoras, classificaram temas de acordo com suas dificuldades em tratar o tema sexualidade em sua sala de aula usando três cores: cor vermelha representando muita dificuldade, cor amarela representando uma dificuldade média e cor verde representando pouca dificuldade e, assim, foi

possível, que Ribeiro (2002) fizesse um mapeamento das dificuldades para compor os assuntos tratados no curso. No curso, “professoras participaram de um processo de contar histórias, ouvir histórias, de contrapor algumas histórias a outras a respeito das práticas escolares relacionadas à sexualidade” (RIBEIRO, 2002, p. 30), na qual utilizou como análise as “falas, desenhos, textos, cartazes, cenas de dramatização (idem, ibidem) das professoras, sendo que as narrativas sobre sexualidade “construídas e reconstruídas em relação a outros textos – da família, da igreja, da escola, da mídia, da medicina, da psicologia, da criança, entre outros” (idem, p. 30-31). A intencionalidade deste curso foi proporcionar que professoras participassem de momentos de reflexão sobre o currículo escolar. Em ciências, sugerimos aos professores o desenvolvimento de uma atividade com o auxílio da técnica do semáforo, utilizada pela Ribeiro (2002), pois nessa atividade, os professores tratariam de temas relacionados à: sexualidade, violência contra a mulher, corpo, sexo, doenças sexualmente transmissíveis, gênero, etc., e, propondo a atividade, conseguiram mapear quais seriam as temáticas relevantes para abordar em sala de aula, levando em consideração as inseguranças e dificuldades dos seus estudantes.

Nos sete trabalhos citados, trazemos sugestões e algumas adaptações para que professores de ciências, do ensino fundamental e do ensino médio, possam desenvolver trabalhos referentes a temas que visam promover a discussão sobre sexualidade, corpo, gênero, consentimento, violência contra mulher, canais de denúncias e centrais de apoio a vítimas de violência etc. Em consonância com os sete trabalhos mencionados, Louro (1998) discute, em seu trabalho, que algumas pessoas pensam que escola não pode tratar da temática sexualidade, nas palavras dela:

Para algumas pessoas, escola e sexualidade devem se constituir em duas instâncias distintas e absolutamente separadas. Compreendendo a sexualidade como uma questão pessoal e privada, e a escola como um espaço social de formação, voltado para a vida coletiva, entendem que cabe exclusivamente à família se ocupar da educação sexual das crianças e jovens (LOURO, 1998, p. 87).

Segundo Louro (1998), muito embora as relações entre escola e sexualidade parecem não ser algo que algumas pessoas tenham como relevante, a escola deve sim abordar temas relacionados à sexualidade pois “[...] se a escola é uma instituição social ela está, obviamente, envolvida com as formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossas identidades de gênero e nossas identidades sexuais” (LOURO, 1998 p. 87), ao conhecimento do corpo e “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência [...] no âmbito das escolas” (BRASIL, 2018a).⁷

Considerações Finais

A realização deste estudo possibilitou-nos conhecer e analisar os dados estatísticos referentes a violência contra as mulheres disponibilizados pelos relatórios emitidos pelas Secretarias de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul e pelo canal Ligue 180. Conhecer esses dados, levou-nos a problematizar a relevância da abordagem dessas questões no ambiente escolar, nossos objetivos, portanto, foram investigar e sugerir, a partir de pesquisas em divulgações científicas, como os professores de ciências podem trabalhar com a temática

⁷ Art. 12, Inciso IX, instaurado pela lei 13.663, de 14 de maio de 2018, que “Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.” (BRASIL, 2018).

violência contra mulher em escolas e mostrar como os documentos oficiais de ensino amparam e sugerem a abordagem dos temas no ensino de ciências. Consideramos relevante enfatizar, que, durante a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher (Lei 14.164/2021), se faz importante que as escolas proponham a abordagem de temáticas relativas à violência contra mulheres e sobre as compreensões de seus corpos, tanto para ensino fundamental quanto para o ensino médio. Mas, para além desta semana, se faz necessária a ampliação e/ou abertura de espaços de discussão nas escolas para, talvez, possibilitar outras práticas e formas de pensar as violências e o corpo feminino.

A partir das análises realizadas sobre o aumento dos casos de denúncias de violências sofridas por mulheres evidenciamos o quão urgente e necessário se faz uma educação em que se busque articular atividades em diferentes espaços educativos. Enfatizamos que, ao efetuar uma denúncia no Disque 180, o denunciante é questionado sobre onde tomou conhecimento deste canal, a escola não foi mencionada como instituição divulgadora dos canais de denúncias. Entretanto, salientamos que violências são consideradas um caso de saúde pública, amparadas nas diretrizes e bases do Sistema de Saúde Pública (SUS), em que prevê a utilização dos espaços públicos para divulgação dos canais, incluindo os espaços educativos (BRASIL, 1996a). Esta constatação nos leva a pensar que pode existir uma falta de articulações entre as escolas e as redes de apoio. Por isso, é importante convidar a comunidade para dentro da escola, agregando ações tanto em espaços educativos escolares quanto não escolares, como o auxílio e apoio de equipes de saúde da família, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Ministério Público, forças policiais, entre outros.

Os elementos e discussões apontados nos levam a pensar que ações, no ambiente escolar, envolvendo tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, podem atuar na prevenção da violência possibilitando melhorias na vida social, ampliando o olhar e as percepções. Dessa perspectiva, os dados levantados e debatidos, neste artigo, bem com as formas de abordagem trazidas em pesquisas trazendo sugestões de como os professores podem trabalhar a temática violência contra as mulheres nas escolas por meio de temas, como por exemplo, consentimento, papéis de gênero e conhecimento do corpo, se constituem um instrumento inicial para pensar sobre ações que podem ser propostas e postas em prática nas aulas de ciências e outros espaços escolares, visando o debate de temáticas sobre violência contra mulheres e sobre as compreensões dos corpos. Esse estudo mobilizou-nos a, futuramente, realizar investigações e debates em ambientes escolares. Inclusive, as investigações de mestrado e doutorado, das primeiras autoras, estão relacionadas à discussão das temáticas abordadas neste trabalho.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm.

Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.663, de 14 de maio de 2018.** Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília: Presidência da República, 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL, **Lei 14.164, de 10 de junho de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília: Presidência da República, 2021a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996.** Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 29 jan. 2023

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Balanco 2019, Ligue 180:** central de atendimento à mulher. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/balanco-anual-ligue-180-registra-1-3-milhao-de-ligacoes-em-2019/BalancoLigue180.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020.** Brasília, 08 de março de 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020#:~:text=Em%202020%2C%20mais%20de%20105,180%20e%20do%20Disque%20100.&text=Do%20total%20de%20registros%2C%2072,e%20familiar%20contra%20a%20mulher>. Acesso em: 03 dez. 2021.

FELIPE, J. Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. *In:* ALBUQUERQUE, S.S.; FELIPE, J.; CORSO, L. (Org.). **Para pensar a docência na educação infantil.** Porto Alegre: Evangraf, 2019. p. 238-250. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/para-pensar-a-docencia-na-educacao-infantil.pdf#page=238>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PCD E PCAH NO RS (FADERS). **Atitudes que fazem a diferença com pessoas com deficiência:** garantir os Direitos Humanos é o caminho para a inclusão. Porto Alegre: Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LARROSA, Jorge. “Tecnologias do eu e educação”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar E. Estermann (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 85-96.

MELLO, Adriana R. Femicídio: breves comentários à lei 13.104/15. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, jul./dez. 2015.

PAIVA, Vera. Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: BARBOSA, R.M.; PARKER, R. (Org.). **Sexualidades pelos avessos: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1999. p. 249-269.

PASSI, Mirta Magali Lopes. **Diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar**. Santana do Livramento: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151635>. Acesso em: 28 jan. 2023.

QUADRO, Raquel Pereira; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **TENNcontrei: onde a gurizada se encontra**. 2. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/6564>. Acesso em: 28 jan. 2023.

RIBEIRO, Paula. **Inscrevendo a sexualidade**: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. Tese (Doutorado em Bioquímica) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Instituto de Ciência Básica da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1855>. Acesso em: 28 jan. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**: ensino fundamental. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 2018a. v. 1. Disponível em: <http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1530.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**: ensino médio. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 2018b. v. 1 Disponível em: <http://curriculo.educacao.rs.gov.br/BaseCurricular>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SACHET, Bruna; ROSA, Maurício. A concepção de gênero por meio de memes em uma aula de Matemática: uma análise sob as lentes da decolonialidade. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**. v. 11, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235176>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SOLARO, Thaís Almada. **Sexualidade e gênero na sala de aula**: abordagens didáticas e discussões. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/142144>. Acesso em: 28 jan. 2023.

XAVIER, Glaucia M. **Território de negociações, roteiros instáveis**: noções de consentimento a partir do diálogo entre jovens. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.